

DIA 28 DE FEVEREIRO

1º ENCONTRO DE MULHERES DEBATE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TANGARÁ DA SERRA

A PROPOSTA É ampliar o debate e fortalecer a rede de apoio às vítimas no município

REDAÇÃO DS

Em alusão ao Mês da Mulher, o Dorcas Podcast e parceiros promovem neste sábado, dia 28 de fevereiro, às 18h, na sede do Lions Tangará da Serra, o 1º Encontro de Mulheres no Combate à Violência Doméstica.

O evento contará com a participação da delegada da Polícia Civil, Jannira Laranjeira, uma das referências em Mato Grosso no enfrentamento à violência contra a mulher e fundadora do Movimento Voz, além da vereadora Evânia Félix (MDB), presidente da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

Uma das organizadoras, Maria José Prego, destacou que a proposta é ampliar o debate e fortalecer a rede de apoio às vítimas no município. “Nós estamos trabalhando com esse evento justamente para a cons-



FOTO: DIVULGAÇÃO

ENCONTRO ACONTECE NESTE SÁBADO

cientização das mulheres que são vítimas da violência doméstica, porque tem mulheres que não sabem que estão sendo vítimas de violência doméstica”.

Rosângela Castro também reforçou a importância da informação. “Tem mulher que nem sabe que está sofrendo violência.

As pessoas acham que a violência doméstica é só bater e, na verdade, não é. Existe a violência psicológica, a patrimonial, a verbal. (...) Então, queremos trazer, com esse movimento, com esse encontro, essas informações, fazer com que essas informações cheguem às pessoas

certas”, reforçou.

Ela ainda ressaltou o envolvimento de diversos segmentos da sociedade. “E junto com uma galera bem legal, teremos outros movimentos que vão estar envolvidos para tentar passar para sociedade de Tangará da Serra que nós estamos unidos contra a

violência doméstica aqui em Tangará da Serra, trazendo esse tema que é de relevância, de grande importância para toda a comunidade tangaraense. E convidamos vocês a virem participar”.

O encontro contará ainda com a presença de representantes da Delegacia da Mulher e do Programa Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, da primeira-dama Silvana Ló Masson, representante do Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres, do Projeto Social Me Amar, do Lions Clube Tangará da Serra e do Instituto Pró-Vale, além de representantes de entidades religiosas, entre outros.

“É uma galera muito grande, envolvida dentro desse tema, porque precisamos acordar. Precisamos nos unir e lutar contra a violência feminina, contra o feminicídio, que está se alastrando na nossa sociedade”.

ALMT

Projeto propõe monitoramento de agressores para prevenir reincidência em violência contra mulheres

INICIATIVA institui política estadual voltada à responsabilização e reeducação de autores de violência doméstica em MT

GABRIELA ABREU CARVALHO / GABINETE DO DEPUTADO

O deputado estadual Eduardo Botelho (União) apresentou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Projeto de Lei (PL) nº 131/26, que institui a Política Estadual de Monitoramento e Acompanhamento Preventivo de Agressores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A proposta tem como objetivo reduzir a reincidência e fortalecer a proteção às vítimas por meio de acompanhamento sistemático, programas psicossociais e ações de responsabilização dos autores de violência. Ela

“**LUTA INCANSÁVEL PARA DIMINUIR O FEMINICÍDIO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**”

prevê a criação de programas reflexivos obrigatórios, monitoramento estatístico da reincidência e integração entre Judiciário, segurança



FOTO: ANGELO VARELA / ALMT

pública, assistência social, saúde e municípios.

Segundo Botelho, a iniciativa busca enfrentar uma lacuna existente após a aplicação das medidas judiciais, quando muitos agressores

deixam de ser acompanhados pelo sistema público.

“Nós vivemos numa luta incansável para diminuir o feminicídio e a violência contra as mulheres, e não estamos conseguindo avan-

çar como precisamos. Estou apresentando esse projeto para que haja acompanhamento dessas pessoas. Muitas vezes o agressor é denunciado, passa pelo sistema e depois não há mais monitoramento. Precisamos acompanhar, sobretudo aqueles que já têm reincidência. A Justiça avalia, mas é necessário um acompanhamento contínuo”, afirmou o parlamentar.

O texto estabelece que a política estadual será executada por meio de programas de acompanhamento psicossocial e reflexivo para agressores, grupos obrigatórios quando houver determinação judicial e articulação institucional permanente.